

FRONTEIRAS DA RACIONALIDADE E DO DESENVOLVIMENTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO DE DOURADOS/MS

BRUNO FERREIRA CAMPOS

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Grande Dourados
E-mail: brunofcampos625@hotmail.com

Resumo: Os conflitos latentes entre povos indígenas Guarani-Kaiowá e proprietários fundiários, além de outros grupos marginalizados, no sul do estado de Mato Grosso do Sul, a primeira vista, parecem estar situados num campo de estudo restrito à Sociologia e áreas afins. No entanto, dentre os aspectos que tem marcado as novas considerações inerentes a tais questões, revela-se a centralidade assumida pela dimensão territorial neste embate. Diante de tais considerações, este artigo tem como ponto de partida o pressuposto básico de que as diversas lógicas territoriais envolvidas no conflito, de alguma forma, consistem na expressão geográfica de construções racionais distintas do Desenvolvimento. Para a realização de uma melhor investigação acerca disto, voltou-se a atenção para o caso do município de Dourados/MS, que polariza, econômica e politicamente, a dinâmica sócioespacial no sul do estado, pano de fundo desta disputa, que tem sido marcada, nos últimos anos, pelo advento do setor sucroenergético.

Palavras-chave: Conflitos territoriais, Setor sucroenergético, Grupos sociais marginalizados.

Summary: The latent conflicts between indigenous Guarani-Kaiowá and landowners, and other marginalized groups in the southern state of Mato Grosso do Sul, at first glance, appear to be located in a field of study restricted to sociology and related fields. However, among the aspects that has marked the new considerations inherent in such issues, it is revealed the centrality assumed by the territorial dimension in this clash. Given these considerations, this article as a starting point the basic assumption that the various territorial logic involved in the conflict in some way, consist of the geographical expression of distinct rational constructions Development. To conduct better research about it, turned the attention to the case of Dourados / MS, which polarizes, economically and politically, the socio-spatial dynamic in the southern state, background to this dispute, which has been marked in recent years, the advent of the sugarcane industry.

Keywords: territorial conflicts, sugar and ethanol sector, marginalized social groups.

Resumen: Los conflictos latentes entre indígenas guaraníes kaiowá y propietarios, y otros grupos marginados en el sur del estado de Mato Grosso do Sul, a primera vista, parece estar situado en un campo de estudio restringido a la sociología y otros campos relacionados.

Sin embargo, entre los aspectos que ha marcado las nuevas consideraciones inherentes a tales cuestiones, se revela la centralidad que asume la dimensión territorial en este choque. Teniendo en cuenta estas consideraciones, este artículo como punto de partida el supuesto básico de que los distintos lógicas territorial implicados en el conflicto de alguna manera, consiste en la expresión geográfica distinta de Desarrollo construcciones racionales. Para realizar una mejor investigación sobre él, se volvió la atención al caso de Dourados / MS, que polariza, económico y político, la dinámica socio-espacial en el estado sureño, antecedentes de esta diferencia, que ha sido marcado en los últimos años, el advenimiento de la industria de la caña de azúcar.

Palabras clave: conflictos territoriales, el azúcar y el sector del etanol, grupos sociales marginados.

INTRODUÇÃO

Este ensaio textual pretende abordar os encontros e desencontros proporcionados pelo entrecruzamento espaço-temporal de diferentes lógicas de produção territorial. A existência desta diversidade na forma de racionalizar e ao mesmo tempo se desenvolver tem resultado numa série histórica de estranhamentos, que são ocultados pela História oficial do ocidente capitalista. A tentativa de propagação hegemônica da modernidade, conduzida pela centralidade europeia, calcada na ideia de unilateralidade, é uma

imaginação que, tendo sido usada uma vez para legitimar a territorialização da sociedade/ espaço, agora é empregada para legitimar uma reação contra a sua destruição, uma resposta à “globalização”. (...) É uma resposta que aceita, sem verificação prévia, uma estória sobre o espaço que, em seu período de hegemonia, não apenas legitimava toda uma era imperialista de territorialização, mas também, em um sentido muito mais profundo, era uma forma de subjugar o espacial (MASSEY, 2008, p. 103).

Este conjunto de pressupostos, criados e sustentados ao longo destes processos de domínio, buscou - e na maioria das vezes conseguiu - escamotear as diferenças inerente as sociedades, dada a complexidade cultural presente quando a consideramos em sua plenitude. Segundo Massey (2008), isto consiste em uma representação *do* espaço, uma forma particular de ordenar e organizar o espaço que se recusava (se recusa) a reconhecer suas multiplicidades, suas fraturas e seu dinamismo.

Ao considerar tais premissas e reconhecendo a colonização da América como uma série de processos que mantiveram e ainda mantêm um padrão de desenvolvimento que guarda semelhanças, não aleatórias, com relação a estes aspectos, buscou-se fazer uma alusão ao caso do Mato Grosso do Sul e da cidade de Dourados. Tendo em vista os conflitos existentes entre as lógicas de (re)produção e desenvolvimento dos grupos populacionais indígenas, nordestinos, e demais sujeitos marginalizados e a expansão da fronteira do setor sucroenergético nesta cidade, buscou-se realizar uma articulação conceitual entre Fronteira e Território.

Para tal, o texto se inicia com a realização de um resgate dos aspectos que marcam o processo de expansão dos horizontes de domínio pelos colonizadores mercantilistas advindos do continente europeu. Assim, buscou destacar as premissas gerais presentes nas relações entre ambos os lados na colonização da América: o de quem pertencia ao território, ou seja, quem já estava vivendo aqui, e o de quem se dirigiu a este, movido por interesses de viés econômico.

Em seguida, é realizado um breve apontamento das formas utilizadas pelos colonizadores na ocupação do território que viria a se tornar o estado do Mato Grosso do Sul. O destaque maior é dado à violência como marca constante na faceta local deste processo de avanço da concepção ocidental e capitalista de desenvolvimento. A História oficial de quem colonizou busca afirmar e reproduzir como verdade a ideia de que este se tratava de um espaço vazio.

Por fim, partimos da realidade atual dos grupos populacionais marginalizados na região de Dourados, condição que transpassa os registros literários sobre a história regional e nesta transgressão revela uma realidade crônica, produzida historicamente. Assim, a partir de relatos feitos por pesquisadores desta questão, realizou-se uma explanação deste contexto, abrindo o debate, na medida do possível, sobre as perspectivas de reversão desta realidade.

CONFLITOS E PERSPECTIVAS DO REENCONTRO: A COLONIZAÇÃO EUROPÉIA DA AMÉRICA

Os grupos humanos que ocuparam a porção territorial que futuramente constituiria a América ficaram isolados, durante milênios, dos grupos populacionais das demais porções territoriais de caráter continental, que mantiveram, em contato permanente, suas novas (re) produções culturais¹.

Cada um destes dois grandes grupos, a partir das inter-relações Sociedade-Natureza, passou a produzir cultura e, ao mesmo tempo, produzir espaço, fundados em lógicas distintas. No caso dos grupos europeus a lógica e dimensões da cultura desenvolvidas e (re)produzidas se diferenciavam da lógica e das dimensões desenvolvidas no continente americano.

Com o reencontro destes dois espaços duas lógicas distintas de produzir/manifestar novos elementos culturais, a partir desta relação metabólica sociedade-natureza², também se cruzaram no tempo e no espaço. Santos (2009), ao referir-se sobre o que a civilização européia trouxe consigo, aponta que:

¹ Tal afirmação parte da hipótese de que todos os grupos humanos possuem origem comum, no continente africano. Através dos contínuos processos migratórios, estes se distribuíram por variadas porções territoriais do globo, ficando isolados os grupos que rumaram em direção à futura porção americana, devido à formação do Estreito de Bering, o que provocou a separação da América em relação à Eurásia e África, durante um longo período.

² Marx entende por metabolismo social o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma sua natureza interna. A ação de transformar a natureza externa constitui o processo de trabalho, e seu efeito sobre a natureza interna se manifesta na forma como se estabelecem as relações sociais de produção. No início do capítulo V de O capital, sobre o processo de trabalho, Marx escreve: “Acima de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. (...) Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (FOLADORI, p. 106).

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível (SANTOS, 2009, p. 23).

Os grupos oriundos da porção europeia enxergam e representam as sociedades desenvolvidas na porção territorial denominada de América como pertencentes ao lado de lá - “do outro lado da linha”. Suas produções culturais foram e são consideradas inferiores pelos colonizadores e, posteriormente, pelos demais migrantes europeus. A língua, as vestimentas, a comida, a música, a dança, o trabalho, a forma de organizá-lo e de distribuir seus resultados. Mesmo o resultado do trabalho, para o lado de lá, foi e continua sendo contestado pelo lado de cá da linha.

Como nos faz refletir o trecho da música “Índios”, da banda Legião Urbana:

*Quem me dera ao menos uma vez
Que o mais simples fosse visto
Como o mais importante
Mas nos deram espelhos e vimos um mundo doente
(Legião Urbana, 1986).*

O peso do “avanço” material, proporcionado pela dimensão técnica e científica que preenchiam e estruturavam os objetos de origem ocidental trouxe consigo um aspecto de superioridade. Pouco pesou, no estabelecimento das relações, o simples modo de vida, do ponto de vista material, protagonizado pelos que aqui estavam.

O artista regional, de origem sul-matogrossense, Almir Sater, e seu parceiro de composição, Renato Teixeira, ao observarem este mesmo processo, apontam num trecho da música “Índios, Adeus” que:

*Quem chegou primeiro
Veio do estrangeiro
E os tupiniquins
Receberam lindos presentes
De pedras baratas, porém
Vício bateu
Índios ateus, desde então
(Almir Sater, 1992).*

No trecho em que canta “Vício bateu, índios ateus, desde então”, Almir pode estar contribuindo para este entendimento, ao apontar que desde o Contato a perda do peso imaterial da cultura indígena, sobretudo no que tange às suas manifestações religiosas, foi proporcional ao suposto vício no avanço técnico e científico ocidental, materializado nos objetos dos colonizadores.

Sendo esta a perspectiva das relações estabelecidas, a convivência dos dois lados na forma de diálogo foi inviável. O que se configurou foi muito mais a imposição do que a troca, o que acabou por produzir um cenário marcado por relações desiguais de poder. Santos (2009) assegura que:

A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. Este lado da linha só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante. Para além dela há apenas a inexistência, invisibilidade e ausência não dialética (SANTOS, 2009, p. 24).

Mas como assim, ausência não dialética? E o entre-lugar, que Silviano Santiago afirma existir, durante as intrusões de sua teoria nos textos de Hanciau (2005)? Não considerar isto seria negligenciar a análise do fato.

Uma sociedade, ao entrar em contato com outra, não a repele, mesmo que se relacionando na base do conflito. Embora um lado construa, social e culturalmente, a ideia de inferioridade no que diz respeito a produção do outro. Desde o momento em que ambos se encontram nenhum dos dois permanecem iguais. É dialética simples: tese (primeiro espaço), antítese (segundo espaço) e síntese (terceiro espaço). Surge o que A. Moreira *apud* Hanciau (2005) denomina de *tercer espacio*, ou seja, a emergência de um terceiro elemento híbrido, a partir do contato entre os outros dois.

Segundo Hanciau (2005), ao analisar as relações entre estas duas civilizações, completamente estranhas uma à outra, percebe-se que os primeiros encontros situaram-se no nível da ignorância mútua. A autora ainda completa esta reflexão, afirmando que o encontro de ambas resultou numa espécie de:

“zonas” criadas pelos descentramentos, quando da delimitação dos esquemas cristalizados de unidade, pureza e autenticidade, que vêm testemunhar a heterogeneidade das culturas nacionais no contexto das Américas e deslocar a única referência atribuída à cultura européia (HANCIAU, 2005, p. 127).

Mas o espaço produzido, inventado ou construído, de quem vinha da porção europeia, e que passou a ser (re)produzido no Brasil, possivelmente repercutia numa impressão de superioridade (já citamos acima o caso dos “espelhos” e das “pedras baratas”), mesmo que já na condição de um terceiro espaço. O projeto da sociedade moderna ocidental capitalista, que vive a consolidação de seus principais elementos balizadores na “iluminação do obscurantismo” da Idade Média, durante o período renascentista, possui um sistema de

ações e de objetos, como considera Santos (1999) em *A Natureza do Espaço*³, diferente e muito mais complexo de tudo o que já se viu na história da humanidade.

No período histórico que antecedia a gestação final deste modelo de sociedade, os navegadores e mercantilistas portugueses tiveram os primeiros contatos com os primeiros lugares do que viria a se tornar o continente americano. Os espanhóis se alçaram e invadiram toda a faixa oeste, desde o extremo sul, do que hoje é a Argentina, até a porção central, capitaneada pelo México, apesar deste compor hoje a América do Norte, junto aos anglo-saxões Estados Unidos e Canadá. Aos portugueses restou parte da porção central e leste ao sul do Equador. Já os ingleses, cumpriram seu papel naquilo que viria a se tornar o *locus* da consolidação deste projeto, a supracitada América do Norte.

Estes países, envolvidos na consolidação do mercantilismo, demonstravam neste instante uma capacidade de transformar a natureza para produzir que não tinha sido apresentada ainda em outro momento histórico. Testemunha disto é a sobreposição ou incorporação repressiva até mesmo da produção cultural resultante das civilizações Inca, Maia e Asteca, que apresentavam um nível de complexidade social superior as demais sociedades estabelecidas até então no continente americano.

Antes da conquista européia, a América conheceu o desenvolvimento de importantes civilizações, que formaram-se ao longo de milhares de anos e que possuíam complexa organização social, econômica e política, que realizaram grandes obras públicas: sistema de irrigação, assim como palácios e templos, tanto na Mesoamérica, onde encontravam-se Maias e Astecas, como no Altiplano Andino, onde desenvolveu-se o Império Inca. Essas três civilizações tinham como base as características gerais do Modo de Produção Asiático, possuindo portanto semelhanças com civilizações mais antigas do Oriente Próximo, mas também diferenças significativas entre si. A economia era essencialmente agrária, sendo a terra considerada como propriedade do Estado e trabalhada pelas comunidades camponesas, existindo atividades complementares como a criação de animais, o comércio e a mineração, esta última especialmente entre ao Astecas no México e os Incas no Altiplano Andino⁴.

Estas civilizações viram seu conjunto cultural, tanto do ponto de vista das ideias quanto das objetivações concretas, ser ruído, na medida em que se deu o avanço “civilizador” dos espanhóis. Tais produções culturais, na medida em que despertavam interesse aos colonizadores, foram incorporadas à sua *ocidentalidade*. Já as práticas tidas por estes como inválidas foram destruídas ou sujeitas à reprodução precária, no seio destes povos.

Esse mesmo processo de “sobreposição”, iniciado nos primeiros reencontros, e que, apesar de marcado pela hibridização, é mantido na construção imaginária dos sujeitos do lado de cá sempre como superior, hegemônico e dominante, vem se repetindo historicamente.

Num processo marcado sempre por muitas singularidades, uma série de territórios que, durante anos, ficaram mantidos como “reservas” para o projeto civilizador oriundo da

³ Livro em que o geógrafo Milton Santos apresenta muitos dos principais elementos de sua reflexões teórica acerca do Espaço Geográfico.

⁴ Informação acessada em texto veiculado pelo link <http://pt.scribd.com/doc/48757238/Maias-Astecas-e-Incas>, publicado por Jorge Galan Martins no ano de 2011.

Europa, uma hora ou outra, acabam sendo requeridos pelo mesmo.

ASPECTOS “METODOLÓGICOS”

O Mato Grosso do Sul, estado localizado na porção mais a oeste do centro-sul do Brasil (ver **Figura 1**), por muitos anos, após o início deste processo, esteve inserido na forma de territórios de reserva. No atual momento, após uma série de ciclos de configuração social e econômica, mantendo vivo os preceitos da colonização americana, este estado abriga uma das maiores - se não a maior – pendências com relação a conflitos latentes de terra, envolvendo sobretudo as populações de etnia indígena Guarani-Kaiowá.

Inserir Figura 1. Localização do Estado do Mato Grosso do Sul (Fonte: IBGE, adaptado por José Roberto Nunes de Azevedo, 2008).

Este ensaio textual, no entanto, não possui o intuito de adentrar na peculiar e complexa comumente denominada “questão indígena” em Dourados. Nem tão pouco pretendemos detalhar o processo de entrada, consolidação e expansão do setor sucroenergético, de forma muito intensa e estratégica, na porção austral do estado de Mato Grosso do Sul.

Embora deixemos de lado o detalhamento destes dois processos, este artigo pretende realizar algumas articulações entre eles⁵ e as leituras realizadas sobre conceitos como Território e Fronteira, atualmente muito em voga nas perspectivas de estudo da Geografia.

Munidos de relatos⁶, realizados recentemente por pesquisadores de ambos os temas (Prof. Drº Antônio Dari Ramos – “questão indígena em Dourados-MS” e Prof. Msc. Alex Domingues Torres – “entrada, consolidação e expansão do setor sucroenergético no estado do Mato Grosso do Sul”), durante os encontros periodicamente realizados no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA (Laboratório de Pesquisas Territoriais – LAPET), buscou-se situar e discutir o atual processo dentro deste enfoque temático, uma vez que este cenário tem estado presente ao longo do processo de desenvolvimento. Eventualmente, embora haja, historicamente, esta similaridade no processo, hoje ele assume novas formas devido a atual configuração sócio-econômica da região de Dourados-MS.

MATO GROSSO DO SUL: UM ESTADO MARCADO POR EXPROPRIAÇÕES E CONFLITOS TERRITORIAIS

Farias (2009), ao realizar considerações sobre a ocupação capitalista do Mato Grosso do Sul, aponta que:

⁵ Repetimos que, comumente, muda-se os sujeitos e as formas destes processos, mas o conteúdo se repete, seja com camponeses, comunidades ribeirinhas, quilombolas, caiçaras, dentre outros, de um lado e demais avanços de setores produtivos de caráter capitalista de outro.

⁶ Os relatos não foram transcritos na íntegra. Os trechos aqui mencionados são resultado das anotações feitas sobre as falas dos pesquisadores, durante reuniões realizadas no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA.

não é de agora a história de expropriação, de exploração e de violência que permeia as relações sociais dos diversos grupos sociais no estado de Mato Grosso do Sul. Esta é uma característica da constituição do território e de sua história desde a incorporação ao território brasileiro, após o término da guerra com o vizinho Paraguai (FARIAS, 2009, p. 60).

A situação, vivida atualmente em sua radicalidade, apenas escancara a forma como se deu este processo no estado de Mato Grosso do Sul, onde os grupos “portadores” do desenvolvimento e, assim, dos interesses dominantes lançaram mão de todos os meios civilizadores, comumente utilizados no avanço das fronteiras pelos precursores da civilização.

Na observação desse contexto histórico, percebe-se que se trata de uma região do país marcada por uma colonização conflituosa e liderada por grupos políticos e econômicos que vislumbravam, nessas terras, prosperidade e riqueza principalmente por suas características naturais, que propiciaram, em tempos mais remotos, a extração de erva-mate nativa e, posteriormente, a criação de gado (FARIAS, 2009, p. 60).

Martins (2009) aponta que o processo de expansão interna do Brasil foi iniciado com a Conquista, mas que ainda não é possível verificar o seu fim. Neste mesmo sentido, assevera Farias (2009), que se refere ao avanço civilizatório em Mato Grosso do Sul como um processo que apenas se inicia, de forma mais intensificada e sistematizada, com a extração da erva-mate, mas que, no entanto, assume outras formas nos períodos e ciclos sociais posteriores. Embora tais formas se alterem, no decorrer do processo histórico, seus desdobramentos na conformação territorial, situada no tempo e no espaço, se assemelham aos ocorridos nos diferentes momentos de expansão pretérita da fronteira.

Martins (2009) é categórico ao afirmar que o substantivo neste tipo de situação é o conflito e Farias (2009), ao tecer considerações específicas acerca da realidade verificada em Mato Grosso do Sul, aponta que:

Encontra-se registrada na história de ocupação das terras desse Estado, a presença da peonagem arregimentando trabalhadores, principalmente, no início do século XVIII, quando Mato Grosso do Sul era ainda a província de Mato Grosso. Assim como em grande parte do território nacional, o então Mato Grosso constituía-se também por terras indígenas que, aos poucos, foram sendo apropriadas de forma ilícita e violenta por fazendeiros e grupos dominantes com a anuência do Estado (FARIAS, 2009, p. 60).

É importante ressaltar que o diálogo textual aqui realizado entre Martins (2009) e demais autores locais, não se dá aleatoriamente. Compilando, em seu livro “Fronteira”, o resultado de 30 anos de estudos, durante a vivência nas frentes de expansão de diferentes pontos na região amazônica, o autor trata com devida propriedade esta temática.

Guardando as singularidades do Mato Grosso do Sul, muito se tem a refletir – uma vez que um dos pontos aqui em questão também é **fronteira** - quando Martins (2009) assegura que:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro (MARTINS, 2009, p. 133) (grifo do autor).

No entanto, a perspectiva trabalhada pelo autor, e aqui compartilhada, não vê neste processo apenas um encontro, mas, no mesmo instante, também um desencontro. Neste sentido, ocorre “não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos” (MARTINS, 2009, p. 133), como também:

O desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da história. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (MARTINS, 2009, p. 134).

Sobre o processo de desencontro cultural - e, por que não, econômico também, uma vez que, sob o olhar do colonizador, há pelo menos uma distinção classista legitimadora de sua atuação econômica: inferiores e superiores -, Farias (2009) afirma que:

Tal ocupação vai se constituindo em uma prática comum de expropriação das pessoas que já ocupavam essa terra e em exploração violenta da mão-de-obra de várias categorias de trabalhadores/as, dentre elas, as populações indígena e paraguaia, além dos peões que “formavam” as fazendas (FARIAS, 2009, p. 61).

Analisando esta afirmação, chamemos a atenção para o fato de que, sob o olhar do colonizador, a disputa por terras é feita sob a lógica econômica. Mesmo que os demais grupos que aqui estavam, sobretudo os indígenas, entrassem em conflito pelo viés cultural, a mola majoritária, que impulsiona o processo, é a lógica econômica materialista.

Ao considerar a perspectiva de (re)produção deste processo, apresentada por Martins (2009), percebe-se que o conteúdo das situações vividas no Mato Grosso do Sul no início do avanço “civilizador”, narrado por Farias (2009), tem se reproduzido ao longo dos anos. Conduzindo outros interesses, de ambos os lados, mantidos em razão de territórios e territorialidades que são múltiplas, social e espacialmente falando, o conteúdo destes processos tem se mantido vivo, devido à sua constante (re)produção social.

Sobre esta evidência, Farias (2009) aponta que:

Essas características se refletem ainda hoje nas atitudes e nas manifestações de proprietários de terra e de políticos (muitos também são produtores rurais) ao tratarem dos conflitos agrários, usando de artifícios violentos e lançando mão de jagunços como nos “tempos dos coronéis e bandidos” (FARIAS, 2009, p. 61, 62).

Considerando esta reprodução, expressada nas condutas dos agentes sociais que hoje protagonizam tal processo, no próximo tópico realizaremos uma breve discussão sobre os conflitos gerados na fronteira de expansão do setor sucroenergético na região de Dourados e a demanda por terra e respeito a vida dos Guarani-Kaiowá e demais populações marginalizadas.

DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL EM DOURADOS/MS: RACIONALIDADE(S) E DESENVOLVIMENTO(S)

Situando historicamente os conflitos sociais vividos entre os indígenas e os colonizadores na região onde hoje se encontra Dourados-MS, o Prof. Drº Antônio Dari Ramos aponta que os aspectos que delimitam a origem dos principais conflitos vividos atualmente ocorreram na primeira metade do século XX.

Segundo seu relato, “*a Aldeia Indígena de Dourados-MS foi criada junto com mais 09 na década de 60. Para o local delimitado, trouxeram primeiro os Guarani e depois os Terenas, para que estes civilizassem os primeiros, ou seja, ensinassem os Guarani a trabalhar*”.

Permeando este apontamento, Ramos relatou que os Terenas, historicamente, possuem uma relação mais próxima com as populações não-índias. Por uma questão histórica do Contato, incorporaram a perspectiva de trabalho imbuída no projeto de civilização de quem veio para colonizar.

Albuquerque (2010) aponta que:

No contexto de forte imigração européia para a América, configurou-se em vários países a representação dos imigrantes como brancos, trabalhadores, superiores e civilizados e nos nativos como preguiçosos, mestiços, negros, índios e inferiores (ALBUQUERQUE, 2010, p. 165).

Confirmando as iniciativas para o desenvolvimento da região, sob a égide e perspectiva do Estado-Nação, Ramos relata que “*a estratégia de trazer os Terenas para ajudar na civilização dos Guarani tinha o intuito de integrá-los, posteriormente, ao cenário de produção e desenvolvimento*”. Segundo seus apontamentos, “*tal cenário havia sido intensificado com a criação da CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados, almejando uma nova constituição econômico-produtiva do país, decorrente das redefinições do Pós- Segunda Guerra Mundial*”.

Seyferth *apud* Albuquerque (2010) reforça este tipo de atuação e objetivo do Estado Brasileiro, quando aponta que, no contexto da República Velha (1889-1930):

Diante de representações negativas sobre a capacidade de trabalho dos nativos, o Estado brasileiro desenvolveu uma política direcionada para atração de imigrantes europeus. Os motivos principais dessa política oficial eram a necessidade do branqueamento da raça, a substituição da mão de obra escrava nos cafezais, o povoamento de áreas pouco habitadas nas regiões próximas às fronteiras e o desenvolvimento de uma moral do trabalho. Os europeus, principalmente italianos, alemães, portugueses, espanhóis, etc, chegavam ao Brasil imbuídos dessa missão civilizadora de desenvolver o país, já que no discurso da elite, o negro, o índio e o mestiço não se adaptavam à nova mentalidade capitalista (ALBUQUERQUE, 2010, p. 166-167).

Ramos confirma isto, relacionando aspectos deste mesmo processo com a iniciativa do Estado em relação à região de Dourados-MS. Em sua fala, ele afirma que “*trazer os Terenas para ajudar e facilitar a integração dos Guarani-kaiwoá tratava-se de um plano de miscigenação entre os índios e os colonos não-índios*”. No entanto, tal iniciativa não foi bem sucedida, uma vez que, segundo Ramos, “*os Guarani-Kaiowá resistiram, devido à vontade de preservar a suas manifestações culturais, sem terem tantas perdas*”.

A partir disto, reforça-se o sentido de trazer para esta discussão as reflexões realizadas pelo autor José Lindomar C. de Albuquerque (2010). No livro intitulado “A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai”, ele trata do conflito entre as lógicas de vida dos Paraguaiois e dos Brasileiros, que adentraram território paraguaio, estendendo o conteúdo do processo de expansão das fronteiras brasileiras para o país vizinho.

Nesses choques sociais e culturais, os estigmas contra o índio, o negro, o caboclo são constantemente resignificados pelos “pioneiros” que acreditam serem os portadores do progresso, da civilização e da modernidade. Quando essas frentes de expansão ultrapassam os limites políticos do Estado nacional, os estigmas seculares direcionados às populações brasileiras marginalizadas são frequentemente dirigidos aos habitantes dos países vizinhos (ALBUQUERQUE, 2010, p. 169).

De fato, o que se observa nestas circunstâncias, historicamente reproduzidas no país, consiste num grande desencontro cultural. A construção de superioridade e inferioridade, de adequados e antiquados, a partir de significações e representações, revela a eminente relação de poder neste processo. Rotular negros, índios, caboclos, nordestinos, paraguaiois, bolivianos, dentre outros, como tal, servira para quê, se não, principalmente, para inseri-los precariamente, atendendo assim a lógica social de quem rotula.

Galeano *apud* Albuquerque (2010, p. 177) reforça a existência desse duplo sentido no discurso valorativo do trabalho, apontando que “os empresários brasileiros enfatizam o ‘mito da preguiça paraguaia’, mas falam, ao mesmo tempo, que os peões paraguaiois são ‘obedientes e trabalhadores’”.

Aqui é possível estabelecer uma relação com o processo de expansão do setor sucroenergético na região de Dourados-MS.

Durante a realização do seu trabalho, o Prof. Msc. Alex teve como objetivo desvendar as relações sociais e produtivas na rápida expansão do setor canavieiro, no estado do Mato Grosso do Sul. Segundo Torres, “*o setor iniciou suas atividades no estado no ano de 1983. Atualmente o estado conta com 28 unidades produtivas, o que não significa que são 28 unidades plantando e industrializando. Muitas estão apenas realizando o plantio e sendo processadas em outros complexos agroindustriais*”.

A partir deste apontamento, subentende-se a demanda elevada por mão de obra barata, devido à intensa atividade do setor no campo. A **Figura 2** elucidada, da forma a nos aproximar da realidade atual, a distribuição espacial das unidades produtivas em Mato Grosso do Sul.

Inserir Figura 2. Territorialização das unidades agroindustriais canavieiras nos municípios sul-mato-grossenses – 2010 (Fonte: José Roberto Nunes de Azevedo, 2008).

A quantidade, sobretudo, de área plantada deixa transparecer a grande demanda por “trabalho braçal”. Os empresários do setor encontram a complementação desta demanda, principalmente, na força de trabalho dos nordestinos e indígenas, que outrora haviam classificado como inferiores. Segundo o Prof. Alex, “*as usinas chegam a pagar até menos para os índios em relação aos migrantes de outras origens*”.

Tal ideia de diferenciação sobre estas populações, construída pelos detentores do poder econômico, se revela necessária para legitimar a condição de sujeito dominante dos mais novos civilizadores, segmento agora constituído, também, por representantes do setor sucroenergético. Na condição de sujeitos, os nordestinos e indígenas atendem, de forma muito adequada, os requisitos básicos para efetivação da mais-valia.

A diferenciação cultural revela ter intenções, antes de tudo, econômicas. É uma disputa que sempre se desencadeia em mais poder econômico. Sem a posse de suas terras, indígenas e trabalhadores nordestinos, submetem-se aos trabalhos mais degradantes do setor canavieiro, que avança fronteiras sobre seus territórios. Pois, como aponta Alburquerque (2010), tal condição de inferioridade não passa de uma construção social para legitimar maior poder aos demais migrantes, protagonistas deste modelo de desenvolvimento.

Uma questão central que se revela é que nenhum dos grupos, aqui mencionados, possui esta tão apontada aversão ao trabalho. Em entrevista presente no documentário “Caá – A Força da Erva”, que trata do ciclo da erva mate em terras paraguaias e no território que viria a se tornar o estado de Mato Grosso do Sul, o jornalista Mauro Silveira aponta que:

“o trabalhador paraguaio que esteja nesta região, se submetendo a uma condição de trabalho pouco favorável, pra dizer o mínimo, ele vive uma situação extremamente cruel. Ele trabalha, é explorado, num território, numa área que já foi o seu país, o Paraguai. E a imagem que o jornalismo brasileiro da corte construiu durante os quase seis anos do conflito (...) é esta ideia associada, que vigora até hoje, de negócios escusos, de pessoas que não tem muita disposição para o trabalho, de um país realmente ocupado por gente preguiçosa, de um povo que não tinha muito valor, que não tinha valor nenhum”.

O jornalista faz tal reflexão tendo em vista que um faixa territorial de pelo menos sessenta quilômetros adentro do território nacional brasileiro pertencia, por direito, à nação Paraguaia, no período anterior ao conflito desencadeado em face da guerra com o Paraguai. Ou seja, tal estigma, que se mantém vivo até os dias atuais, possui uma origem, uma explicação, com relevada significância, devido ao cenário de conflitos e estratégias produzido por este conflito nacional-militar.

Relatando sobre estereótipos construídos pelos sulistas brasileiros em relação aos nordestinos, que haviam se instalado no Paraguai na década de 70, Albuquerque (2010) aponta que:

Alguns imigrantes do sul do país chegam a declarar que os nordestinos que vivem na nação vizinha não conseguem melhores condições de vida porque são “preguiçosos”. Para eles, os nordestinos não sabem acumular, gastam tudo que ganham e por isso vão quase todos embora (ALBUQUERQUE, 2010, p. 172).

Aqui, identifica-se que há um choque entre concepções de trabalho e, conseqüentemente, de desenvolvimento. O relato dado pelo Ex-prefeito de Dourados-MS, José Elias Moreira⁷, quando este se refere ao período de atuação no INCRA⁸, se apresenta como um grande contraponto a estes entendimentos, construídos por migrantes sulistas no país vizinho. Referindo-se ao processo de desenvolvimento de Dourados-MS, a partir da criação da CAND⁹, ele aponta que:

“Essa colônia nasceu em Dourados, isto é importante que se diga, por que a gente não pode esquecer a origem que deu as bases do desenvolvimento de Dourados. Foi a colonização, feita em 1943, pelo Presidente Vargas, e que, em uma área de 300.000 há, ele trouxe, em base maior, os nordestinos, e, abriram as matas e consolidaram essa região como uma grande região de produção, grãos, de alimentos”.

Enquanto sujeito participante do processo, José Elias confirma a relevante participação do migrante nordestino no processo de ocupação e desenvolvimento de Dourados-MS, corroborando com os apontamentos de alguns pesquisadores. Ele atribui, sobretudo, aos nordestinos a função de abertura e consolidação das áreas produtivas da colônia. Ou seja, aquele contexto de produção agrícola, assentado sobre a estrutura agrária de pequenas propriedades, atendia as necessidades dos migrantes vindos da porção nordeste do país. O contexto que se desenrola posterior a este momento, de configuração agrária latifundiária, para oferecer as condições produtivas ideais ao cenário de modernização da agricultura, escapou à sua forma de vida. Desconectados da perspectiva conduzida pelos civilizadores e desenvolvimentistas, passam a ser tachados de preguiçosos, por não quererem acumular sob a mesma lógica, na verdade se submetendo a lógica de comercialização da sua força de trabalho.

No cenário de ética do trabalho assalariado, alienado do que se produz, que desfaz a ética vigente no outro; e de civilização, a partir da organização produtiva moderna ocidental capitalista, as manifestações culturais apresentadas por índios, negros, mestiços e caboclos continuarão sendo vistas, aos olhos do lado de cá, como atraso, barbárie e preguiça. Se cantar, ao invés de cumprir 8h de trabalho assalariado, for sinônimo de preguiça, preguiçosos serão muitos indígenas. Se trabalhar na terra para extrair o necessário à reprodução de vida, organizados sob suas concepções culturais, for avaliado como baixa produção, bárbaros e atrasados serão muitos nordestinos.

Segundo aponta o Prof. Antônio Dari, há a necessidade de se fazer uma “*desconstrução da racionalidade. Trata-se de combater o que poderíamos chamar de racismo epistêmico*”. Ele

⁷ Entrevista concedida durante a coleta de dados primários na pesquisa de mestrado, atualmente em desenvolvimento, intitulada “Ampliação do Perímetro Urbano de Dourados/MS: desdobramentos sócioespaciais e aspectos ambientais”.

⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁹ Colônia Agrícola Nacional de Dourados, 1943.

prossegue, dizendo que “*o saber, que se instalou enquanto saber universal, não era universal, era de uma parte do mundo só, de um povo só. Tem que fazer uma desconstrução da racionalidade construída pelo ocidente, que quis se passar por tradicional*”.

Enrique Dussel, em sua contribuição ao livro “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino americanas” (org. LANDER, 2005)¹⁰, aponta que:

Se se pretende a superação da Modernidade, será necessário negar a negação do *mito da Modernidade*. Para tanto, a outra-face negada e vitimada da Modernidade deve primeiramente descobrir-se inocente, é a vítima *inocente* do sacrifício ritual, que ao descobrir-se inocente julga a Modernidade como culpada da violência sacrificadora, conquistadora originária, constitutiva, essencial. Ao negar a inocência da Modernidade e ao afirmar a Alteridade do Outro, negado antes como vítima culpada, permite des-cobrir, pela primeira vez a outra-face oculta e essencial à Modernidade: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc.

É necessário que oprimidos e opressores neguem a manutenção da reprodução da ideia de que a modernidade não tenha constituído-se a partir da construção simbólica e real de um mito. Seu aspecto mitológico se revela na medida em que tal projeto deixa expor sua impossibilidade de cumprir com tudo o que anunciava possível, enquanto resultados, em última instância, de sua implementação. Ao mesmo tempo, também passou a ser gritante a magnitude de sua outra-face, como nos aponta Dussel *apud* Lander (2005), por tanto tempo oculta, escamoteada por meio de mecanismos diversos, produzidos sempre no seio do avanço da civilização sob molde moderno. Ainda para o autor, as vítimas da modernidade devem ser vistas:

como vítimas de um ato irracional (como contradição do ideal racional da própria Modernidade). Apenas quando se nega o *mito civilizatório e da inocência* da violência moderna se reconhece a injustiça da práxis sacrificial fora da Europa (e mesmo na própria Europa) e, então, pode-se igualmente superar a limitação essencial da razão emancipadora. (...) quando eticamente se descobre a dignidade do Outro (da outra cultura, do outro sexo e gênero, etc.); quando se declara inocente a vítima pela afirmação de sua Alteridade como Identidade na Exterioridade como pessoas que foram negadas pela Modernidade (DUSSEL *apud* LANDER, 2005, p. 29).

O professor Antônio Dari tem trilhado a sua trajetória acadêmica, de dedicação ao estudo e a pesquisa sobre os povos originários da América, também nesta mesma perspectiva anunciada nos trechos acima, por Henrique Dussel, na obra organizada por Edgardo Lander.

Segundo ele, “*os indígenas, diferente dos não indígenas, conseguem misturar as manifestações humanas com muita facilidade. Escolher irem a uma religião não exclui a participação-prática em outra. Eles sabem misturar, tem muito o que ensinar a gente*”.

¹⁰ Livro que consiste em um conglomerado de contribuições, decorrentes da atuação de uma série de pensadores que têm se disposto a discutir possíveis caminhos para a sociedade, alternativos com relação à modernidade como projeto cultural “uno” de sociedade. Tem origem no simpósio Alternativas ao eurocentrismo e colonialismo no pensamento social latino-americano contemporâneo.

O professor dá destaque para a característica de muitos indígenas de viver nos entre-lugares. Assim, como as práticas deles podem ajudar indígenas e não-indígenas, no momento de sua Incorporação, via relação de Alteridade em via de mão dupla?

Atuando não nesta mesma perspectiva, mas sim no mesmo processo, Henrique Dussel apenas atribui conceitos outros para expressar suas ideias sobre as dimensões e aspectos nos quais a sociedade deve se agarrar para promover a mudança do panorama de desentendimento e conflito que tem marcado a história desta relação.

Desta maneira, a razão moderna é transcendida (mas não como negação da razão enquanto tal, e sim da razão eurocêntrica, violenta, desenvolvimentista, hegemônica). Trata-se de uma Trans-Modernidade como projeto mundial de libertação em que a Alteridade, que era coessencial à Modernidade, igualmente se realize. A realização não se efetua na passagem da *potência* da Modernidade à *atualidade* dessa Modernidade europeia. A realização seria agora a passagem transcendente, na qual a Modernidade e sua Alteridade negada (as vítimas) se co-realizariam por mútua fecundidade criadora. O projeto transmoderno é uma co-realização do impossível para a Modernidade; ou seja, é co-realização de solidariedade, que chamamos de analéptica, de: Centro/Periferia, Mulher/Homem, diversas raças, diversas etnias, diversas classes, Humanidade/Terra, Cultura Ocidental/Culturas do mundo periférico ex-colonial, etc.; não por pura negação, mas por *incorporação* partindo da Alteridade (DUSSEL *apud* LANDER, 2005, p. 29).

Hanciau (2005), sob seu modo característico de enxergar este processo, afirma que:

O fenômeno da mistura tornou-se realidade quotidiana, visível nas ruas e nas telas. Multiforme e onipresente, associa formas e seres que, a priori, nada aproximaria. Esta telescopagem de estilos prolifera, surpreende e sacode as referências tradicionais. Um mundo moderno, homogêneo e coerente vai ceder lugar a um universo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e imprevisível (HANCIAU, 2005, p. 131).

Isto não está longe dos nossos olhos. Calçadas, ruas, jardins, objetos, ações, processos, paisagens inteiramente híbridas, estão diante de nós. No entanto, segundo Hanciau (2005):

Compreender a mestiçagem implica defrontar-se como hábitos intelectuais que leva a preferir os conjuntos monolíticos aos espaços intermediários. Embora as abordagens dualistas e maniqueístas seduzam por sua simplicidade, tal maneira de ver limita e empobrece a realidade, além de eliminar os elementos que desempenham papéis determinantes na contemporaneidade: as trocas de um mundo a outro, os cruzamentos, os indivíduos e grupos que fazem as vezes de intermediários, de “passadores” (HANCIAU, 2005, p. 131).

Embora isto já seja evidente, há a necessidade eminente de potencializar este processo. E, como nos aponta o Prof. Antônio Dari, isto passa, em grande parte, pela desconstrução da racionalidade ocidental, que legitimou e conduziu o processo de civilização europeia do mundo, sob a ótica e ética do desenvolvimento capitalista. Menezes (2008) corrobora neste sentido, apontando que:

A presença de diferentes lógicas e diferentes formas de pensar exige a possibilidade de diálogo e de comunicação entre culturas. A tradução inter-cultural, como proposta metodológica, revela o Sul Global como um conjunto de epistemologias, extremamente dinâmicas [...] neste sentido, o pós-colonial deve ser visto como o encontro de várias perspectivas e concepções sobre conhecimento e poder, um idioma que procura refletir sobre os processos de “descolonização”, quer nos espaços da metrópole, quer nos espaços colonizados.

Nesta perspectiva se tende a avançar na diminuição dos conflitos e na construção de algo alternativo à lógica produtora de tais estranhamentos territoriais. A possibilidade de diálogo e comunicação apontada por Menezes (2008) de fato existe, no entanto ela demanda, de ambos os lados, o propósito da desconstrução colonial. Somente a sujeição aos processos de descolonização, partindo do pressuposto do diálogo inter-cultural, será capaz de fazer os Outros integrarem os Nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando, ao final deste ensaio textual, que o mundo é uma formação de entre-lugares, se descarta, de imediato, a possibilidade de unidade e pureza espacial. Ter iniciado tal discussão com a perspectiva do reencontro de temporalidades distintas, cruzadas no tempo e no espaço, se justifica pelo intuito de explicitar a configuração do híbrido, mesmo que produzido a partir de relações desiguais de poder.

Não negamos, em nenhum momento, a sobreposição cultural como marca majoritária da colonização da América. No entanto, sobreposição não pressupõe aniquilação, mas sim incorporação precarizada, realizada a partir da construção de estigmas que visavam, acima de tudo, a afirmação de maior poder, sócio-cultural e econômico, por parte dos colonizadores, portadores de uma ideia dominante de civilização e progresso, dada as suas características e contextos sociais em que se (re) produziam(zem). Diferenciar para legitimar a estratificação social entre inferiores e superiores é pressuposto básico ao sucesso de um projeto ancorado, historicamente, na relação de exploração.

O caso de Mato Grosso do Sul e, mais precisamente, o da cidade de Dourados guarda as mesmas características gerais do processo. A expansão das fronteiras da civilização ocidentalizada revela em seu conteúdo aspectos comuns. Embora exista este padrão, o fato deste município ter sua origem na migração e configuração multicultural revela suas peculiaridades.

A proximidade da cidade em relação à Aldeia Indígena de Dourados, além do constante recebimento de migrantes nordestinos, devido ao desenvolvimento do setor produtivo ligado a cana-de-açúcar, acentua essa heterogeneidade ao mesmo tempo em que revela os seus conflitos latentes.

O desafio que se apresenta consiste na reversão de um quadro marcado por estigmas, marginalização e, quando muito, inclusão precarizada, rumando para a troca, a partir de fluxos inter-culturais, identificando e potencializando o “novo” como valorização do híbrido.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-58; 163-236.
- ALMIR SATER (composição e interpretação); RENATO TEIXEIRA (composição). Índios Adeus. **Álbum Almir Sater – Ao Vivo**. 1992.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).
- FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de (organizadora). **Relações de gênero: dilemas e perspectivas**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 184p.
- HANCIAU, Núbia J. Entre-Lugar. In> FIGUEIREDO, Eurídice (Org.) **Conceitos de Literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 125-142.
- LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.
- LEGIÃO URBANA. Índios. **Álbum DOIS**. Produzido pela gravadora EMI. 1986.
- LÚ BIGATÃO (direção); UBIRAJARA GUIMARÃES (produção) **Caá: A força da erva**. Um documentário que resgata história de quem viveu o ciclo da erva-mate. Duração 60 min. Ano: 2005.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 09-77 e 145-203.
- MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**/ Doreen Massey; Tradução Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.
- MENEZES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Março 2008: 5-10.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; MENEZES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina. SA. Coimbra, PT. Janeiro. 2009.